

A violação do voto secreto no Senado



Newton Rodrigues

O assunto poderá até servir para uma boa novela policial a escritores do ramo, pois nele há fartas matérias que vão de irregularidade a crimes, ocorridos em uma trama rica de peripécias, acusações, desculpas e confissões. Porém, mesmo a quem não seja aficionado ao ramo, ele é rico em importância pela relevância dos personagens e pelos desdobramentos confusos que dia a dia se ampliam.

Um primeiro aspecto chama logo a atenção. Nunca se viu o executante principal de irregularidade como a que foi cometida no Senado, onde votos secretos puderam ser facilmente identificados e impressos, receber tantas zumbaias como as feitas na Comissão de Ética do Senado Federal, quando a sra. Regina Borges, ex-diretora do Prodasen, foi chamada a depor. Todos os inquiridores derramaram-se em elogios à depoente, agradecendo-lhe as informações e louvando-lhe as palavras. Tive medo, confesso, que a indicassem para a Ordem Nacional do Mérito, mas felizmente não chegou a tanto.

O ponto-chave do depoimento

da personagem foi que cumprira ordem transmitida pelo senador Arruda, segundo ele em nome de Antônio Carlos Magalhães. Bastara isso para a diligente senhora pôr mãos à obra com a eficácia e rapidez que demonstrou em seguida. Ninguém na Comissão de Ética se deu à pachorra de perguntar-lhe se já havido agido semelhantemente em outra oportunidade, nem tampouco se recebesse ordem para outros crimes os perpetraria. A facilidade com que sua equipe obedeceu a ordem gritantemente ilegal autoriza, além disso, supor-se que casos semelhantes, menos ou mais graves, poderiam já ter ocorrido. O que importa é a necessidade de entender o inquérito até que chegasse a conclusões irrefutáveis.

A mídia e a opinião pública estão concentradas, desde as últimas semanas, nas responsabilidades reais ou supostas dos dois senadores citados por d. Regina e as poucas e sumárias pesquisas de opinião manifestam-se amplamente pela cassação dos mandatos de ambos. Desde logo há que distin-

guir entre a extensão do envolvimento de um e de outro. Segundo d. Regina, a interferência de Antônio Carlos estaria comprovada pelo agradecimento que ele lhe teria feito ao receber a lista ilegal. Se o fato existiu e for comprovado, ele terá sido, no mínimo, complacente com uma conspirata inaceitável, na própria casa que presidiu durante tanto tempo. Deve-se acrescentar que, enquanto o tucanato subiu no muro em face das aperturas de seu integrante e ex-líder do governo no Congresso, o PFL recusou desde o primeiro momento a culpabilidade de Antônio Carlos, não só emitindo nota oficial imediata como mantendo essa posição, que ainda deverá ser mantida. O próprio ACM, aliás, abriu a caixa de desconfianças sobre sua postura,

Apesar de tudo, o senador Arruda já vem sendo incluído no rol dos sinceramente arrependidos

quando acusou a senadora Heloísa Helena de ter votado contra a cassação do senador Luiz Estevão (PMDB/DF) e afirmou ter a lista dos votantes perante procuradores da República. Abriu, assim, a própria guarda, talvez em uma exaltação da vaidade, e promete só falar no momento que julgar oportuno e que não poderá adiar para sempre, pois o tempo corre para to-

dos e só o Josué bíblico teria conseguido parar o sol.

De qualquer forma, o que surgiu de mais importante nos últimos dias foi o depoimento-retração do senador José Roberto Arruda, tucano que até outro dia era o líder do governo de Fernando Henrique Cardoso. A corrigenda mealhada é uma exibição covarde, na qual procura jogar toda a responsabilidade da violação sobre d.

Regina Borges, que disse que de sua "consulta" teria precipitado a violação do sistema. Além de pouco sério, o senador demonstrou que considera a humanidade um conjunto de pascácios, pois a diretora do Prodasen só poderia responder suas consultas se houvesse violado o painel, como de fato ocorreu. Além do mais, não há nenhuma razão válida para conceder credibilidade ao senador, pois cesteiro que faz um cesto faz cem e mentiroso que mente uma vez pode mentir cem mil.

Apesar disso e de tudo o mais, o senador Arruda já vem sendo incluído no rol dos sinceramente arrependidos e está claro o jogo para melar os fatos. O presidente da República saiu imediatamente com declaração

oficialmente transmitida por seu porta-voz, segundo a qual a atitude Arruda era um ato "corajoso e digno". Mesmo Romeu Tuma, corregedor-geral do Senado, não se negou a adiantar que "quem confessa tem condições de reduzir sua punição" e o pe-

Fora desse jogo está ACM, sem padrinhos no Planalto e garantindo que não será cassado

emedebista Ramez Tebet, presidente do Conselho de Ética, admitiu que a punição a Arruda pode ser reduzida. Não sem bons motivos, portan-

to, o Jornal do Brasil abriu manchete dizendo iniciada a "operação abafa". Tutti buona gente. Fora desse jogo está Antônio Carlos, sem padrinhos ou apontadores no Planalto, insistindo que só falará no momento oportuno e garante aos quatro ventos que não será cassado. Vaticínios são difíceis nesse jogo pesado, mas será sobremodo improvável que, menos comprometido com os fatos em pauta que o próprio Arruda, o senador baiano venha a pagar sozinho a fatura.

Findo o episódio, será desejável que o Congresso varra de vez o voto secreto, recurso destinado apenas a esconder dos eleitores o comportamento dos que foram por eles eleitos. ■